SKÉPSIS, ISSN 1981-4194, ANO VIII, Nº 16, 2017, p. 26-36.

O QUE UM PIRRÔNICO SABE?

Robert J. Fogelin

Tradução: Jefferson dos Santos Marcondes Leite
(IFPA, c*ampus* Breves)
E-mail: kingdoomanathema@yahoo.com.br

Revisão: Plínio Junqueira Smith
(UNIFESP)
E-mail: plinio.smith@gmail.com

Movendo-se da direita para a esquerda no cenário epistemológico, os três comentadores das *Reflexões Pirrônicas sobre Conhecimento e Justificação* (RP) parecem ocupar as seguintes posições. Paul Moser, embora tenha adotado um ponto de vista relativista ou pluralista, pratica teoria do conhecimento de uma maneira amplamente tradicional. Dado isto, não é nenhuma surpresa que a visão dele seja a menos simpática e a menos em sintonia com o que eu tenho dito. Em seu parágrafo de abertura, Fred Dretske afirma encontrar pouco desacordo com as *RP*, portanto ele deve compartilhar muitas das minhas ressalvas a respeito de fazer teoria do conhecimento nas linhas tradicionais. Os dilemas obviamente permanecem, e seu ensaio é uma solicitação por clarificação — ou melhor, uma tentativa de me desmascarar — a respeito da questão de se sabemos algo ou não. Barry Stroud parece ter feito algo que eu não antecipei: ele parece ter me batido à esquerda por usar princípios que eu adoto para defender uma posição mais extrema que a minha própria. Sua sugestão é que eu não posso exibir sempre a coragem de minhas próprias convicções. Minha tarefa, então, é responder às críticas incompatíveis de Moser e Stroud de uma maneira que satisfaça as exigências de franqueza completa de Dretske.

Vou começar com as observações de Moser, pois são as menos simpáticas. Ao respondê-las me permitirei esboçar algumas das características centrais do ponto de vista apresentado nas *RP*, características necessárias para responder a Dretske e Stroud. Para começar, eu gostaria de reconhecer que uma das críticas de Moser está absolutamente correta, e eu não tenho nada a dizer em resposta, exceto que eu deveria ter prestado mais atenção. Na página 94 das *RP* eu apresento a minha descrição da afirmação de conhecimento nestas palavras: "'*S* sabe que *p*' significa '*S* justificadamente crê que *p* sobre as razões que estabelecem a verdade

Texto originalmente publicado em *Philosophy and Phenomenological Research*, 1997, 57(2): 417-425.
Agradecemos ao editor Ernest Sosa, à *Philosophy and Phenomenological Research* e à John Wiley & Sons por permitirem a publicação desta tradução.
Copyright © 1997 Philosophy and Phenomenological Research, LLC. Todos os direitos são reservados.

de *p*'". Então, na página 97 eu digo algo muito diferente: "*S* sabe que *p* se e somente se *S* justificadamente chegou a crer que *p* sobre as razões que estabelecem a verdade de *p*". Moser pontuou, muito corretamente, que esta segunda formulação "negligencia a distinção entre as razões sobre as quais a crença se origina e as razões que sustentam a crença". Ele está certo, pois uma pessoa poderia adquirir uma crença com base em razões que são inferiores epistemicamente e, somente depois ou mais tarde, adquirir razões adequadas para elas, às vezes rejeitá-la, esquecê-la ou vir a crer em outras coisas incompatíveis com ela. Portanto, as palavras "chegou a crer" deve ser substituída por "crê". Essa é uma correção bem feita, mas não vejo como poderia fazer alguma diferença substantiva com relação aos temas centrais das *RP*.

Com isso fora do caminho, deixe-me voltar para um assunto mais substancial. No começo de suas observações, Moser reclama que eu suponho "sem argumento que os seres humanos operam com uma única noção comum de conhecimento ao afirmar saber algo". Essa reclamação é um reflexo do comprometimento de Moser com uma concepção de conhecimento relativista ou pluralista. É claro que eu não mantenho que o verbo "conhecer" tem somente um significado — pelo menos, há o sentido bíblico de "conhecer". Por outro lado, não estou convencido, segundo os exemplos de Moser, de "noções divergentes de conhecimento". Ele diz que "estudantes em cursos de epistemologia frequentemente usam noções divergentes de conhecimento ao afirmarem saber algo". Ele contrasta a concepção naturalista de conhecimento de W. V. Quine com a concepção deontológica de Roderick Chisholm como uma prova a mais dessa divergência, embora conceda que Quine e Chisholm compartilham "uma concepção de conhecimento muito geral, vaga e comum". (Suponho que essa concessão é necessária para fazer o desacordo entre Quine e Chisholm mais do que meramente verbal).

Acho que há um erro aqui — um erro que às vezes não importa, mas que, no presente contexto, importa. É o erro de tomar diferenças nas *razões* para fazer avaliações epistêmicas como suficientes para estabelecer diferenças no *sentido* do verbo "conhecer". Houve um tempo em que um erro desse tipo era comum com respeito a outros termos de avaliação — por exemplo, "bom". De modo notório, as coisas são chamadas boas por todos os tipos de razões e podem ser boas de várias maneiras, mas isso não mostra que o termo "bom" tem diversos significados. O trabalho da palavra "bom" é invocar razões. O fato de que o tipo de razões que ele invoca pode variar de contexto para contexto não mostra que o significado dessa palavra mude de contexto para contexto. Além disso, aquelas razões invocadas por esse termo podem, em alguns contextos, ser obscuras, inconstantes ou vagas, mas isso não mostra que em tais contextos o significado da palavra "bom" tem essas características.

Essencialmente, tenho a mesma visão a respeito do verbo "conhecer" — ao menos quando é usado, como normalmente é usado, como um termo de avaliação epistêmica. Sua

tarefa é invocar razões. Falando genericamente, "bom" é usado para invocar razões em favor de alguma escolha ou curso de ação, e "conhecer" é usado para invocar razões em favor de alguma crença. Eu suspeito que, quando fala vagamente da existência de "noções divergentes de conhecimento" ou "conceitos" diferentes de conhecimento, o que Moser tem em mente são diferenças nessas razões. Agora, longe de *negar* que as razões invocadas pelas afirmações epistêmicas são diversas, adoto a noção — provavelmente em uma forma mais radical do que Moser adota. Dado que Quine e Chisholm são falantes competentes da língua inglesa, como suponho que os estudantes de Moser o são, minha afirmação é que todos eles usam afirmações de conhecimento da mesma forma. A análise que apresentei é uma tentativa de descrever esse uso. Em suma, com respeito às razões, minha posição é tão pluralista quanto alguém poderia ser; com respeito à análise de julgamentos epistêmicos, ela não é. Moser, apesar do que me pareceu aviso suficiente contra isso, parece confundir os dois.

Talvez esse primeiro mal-entendido tenha conduzido Moser a outro mal-entendido ainda mais profundo — é difícil dizer isto de uma forma mais gentil —, ele parece ter entendido minha posição mais ou menos de ponta cabeça. A questão gira em torno da noção que introduzi de *níveis de escrutínio*. Minha afirmação é que nossos métodos reais de justificação epistêmica contêm mecanismos que aumentam a exigência por provas dentro de determinadas circunstâncias. Essa é uma característica de nossos procedimentos justificatórios, do mais simples ao mais sofisticado. Por exemplo, a identificação de cores é normalmente feita com pouca reflexão — nós simplesmente olhamos para ver de que cor o objeto é, mas aprendemos que sob certas circunstâncias olhar pode ser insuficiente e enganador, de modo que, quando nos achamos nessas circunstâncias, somos mais cuidadosos. Alterando um exemplo famoso, ver um animal do tamanho de uma mula com listras é usualmente considerado como razão suficiente para pensar que estamos olhando para uma zebra, mas se reparamos que o animal em uma jaula próxima é um leão raspado e pintado para parecer com um tigre, faríamos bem em inspecionar o animal que pensávamos ser uma zebra mais cuidadosamente.

Embora as questões sejam mais complicadas do que isso, o nível de escrutínio comumente diz respeito a uma gama de anuladores não verificados, mas que poderiam ser verificados, que admitimos. Certamente, penso que sei meu nome — eu não tenho dúvidas dele. Eu poderia estar errado a seu respeito? É claro que eu poderia, afinal de contas às vezes bebês são trocados nas maternidades. Eu estou preocupado com isso? Não. Posso imaginar circunstâncias nas quais essa possibilidade me ocorreria genuinamente? Sim. É fácil construir uma narrativa completamente natural na qual outros fatos nos levariam a levar essa possibilidade a sério. Para citar um exemplo, um artigo de jornal recentemente relata que o verdadeiro filho de Albert Einstein poderia ter sido envolvido justamente nesse tipo de

confusão. Não somente essa pessoa nasceu no hospital certo e na hora certa para que essa troca pudesse ter ocorrido, como ele, depois de adulto, apresenta uma grande semelhança com Einstein e, ainda, mesmo sem ter tido nenhum tipo de contato com Einstein, o que é o mais surpreendente, tornou-se um especialista talentoso em teoria da relatividade geral. Dado esses fatos, essa pessoa tem razões perfeitamente boas para se perguntar se ele sabe quem ele é, se ele *realmente* sabe o seu próprio nome.

Minha afirmação, então, é que os mecanismos de mudança de nível de escrutínio são características de nossos métodos comuns de justificação. Esses níveis de escrutínio são profundamente vinculados ao contexto, isto é, o nível de escrutínio dependerá do contexto em que nos encontramos. Geralmente, para evitar o que poderia ser chamado de custo de transação, mantemos o nível de escrutínio tão baixo quanto possível mantendo a segurança. Por conseguinte, a *importância* pode afetar o nível de escrutínio. Se a recompensa por estar certo ou errado for alta, podemos verificar mesmo possíveis anuladores muito remotos. Se a recompensa for irrisória, podemos ignorar anuladores facilmente verificáveis. Temos termos de elogio e censura para as pessoas que dizem respeito às suas habilidades de acertar o que consideramos o nível apropriado de escrutínio. As pessoas que habitualmente estabelecem um nível muito baixo são chamadas de crédulas ou simplórias; aqueles que estabelecem um nível muito alto são chamados de implicantes. Pensa-se que é uma marca de uma pessoa de bom senso estar apta a encontrar o nível de escrutínio apropriado para o contexto disponível. (Lembre que a observação de Aristóteles de que é marca de um homem educado não esperar mais rigor do que o assunto permite).

Minha pretensão é que as observações anteriores sejam descritivas. Em particular, ao discutir essas questões não tenho compromisso com a adequação ou inadequação de qualquer nível específico de investigação. *A fortiori* — e esse é o ponto central que de alguma forma Moser deixou escapar —não me comprometi com padrões de escrutínio inadequadamente altos. Nesse ponto, minhas ideias estão alinhadas com as de Sexto Empírico. É o dogmático, e não o cético, que impõe altos, padrões epistêmicos, e às vezes irrestritamente alto, como no caso de Descartes. O projeto da epistemologia tradicional até a segunda metade deste século era apresentar como o conhecimento seria possível mesmo dentro dessas restrições rigorosas. Em resposta a essa atividade, o pirrônico simplesmente nota o que o dogmático está fazendo e então mostra que, *de acordo com os padrões dos próprios dogmáticos*, seu projeto falhou. Portanto, o pirrônico não está comprometido artificialmente com padrões altos, nem, como um neopirrônico, eu estou. Tudo isso é dito claramente na Introdução das *RP*, quando faço um comentário do seguinte tipo:

> Os pirrônicos, como eu os entendo, não estão impedidos de usarem palavras como "saber", "certeza", "real" e "verdade". Como termos comuns usados de modo comum, eles não são mais censuráveis do que outros termos do uso comum. Assim, falando comumente, o pirrônico pode valer-se dos contrastantes critérios: o que é sabido em vez do que é crido, o que é certo em vez do que é provável, o que é real em vez do que é simulado, e o que é verdadeiro em vez do que é falso. Nosso pirrônico (ou neopirrônico) freia somente quando estes termos são colocados a serviço do dogmático para fazerem seu lance (10).

Dada essa passagem e as muitas outras como ela, fico completamente perplexo quando Moser desafia minha posição com as seguintes palavras:

> Por que... o não pirrônico deveria adotar a concepção e os padrões epistêmicos que produzem as preocupações pirrônicas: O "nível de escrutínio" que gera as preocupações pirrônicas parece opcional ou não obrigatório, dadas várias concepções e critérios epistêmicos não pirrônicos... A defesa lúcida que Fogelin faz do pirronismo é convincente, mas somente em relação a padrões epistêmicos antecedentes.

Como pode ocorrer a má interpretação de Moser, quando *RP* contém amplas advertências contra ela? Não sei. O resultado, contudo, é que Moser me acusa de fazer uma coisa de maneira errada a qual eu não estou sequer fazendo.

Dretske apresenta um desafio mais difícil. Deixando de lado o blá-blá-blá, ele quer saber se, na minha opinião, sabemos algumas das coisas que comumente pensamos saber, por isso o título dele: "Afinal, sabemos ou não sabemos?" Em particular, ele quer pôr de lado todo aquele papo sobre as condições dentro das quais *dizemos* que as pessoas sabem coisas e perguntar, novamente na minha opinião, se realmente *sabemos* alguma coisa. Ele também quer saber se há *um fato da questão* que determina a verdade de tais afirmações de conhecimento. Isso soa como uma questão perfeitamente sensata, mas, como Dretske — cachorro astuto — reconhece plenamente, compete a mim resisti-la.

Primeiro, é importante perceber que a análise que eu apresentei é totalmente neutra com relação a essa questão. Simplesmente eu tentei descrever o que as pessoas estão dizendo quando afirmam saber algo ou dizem que alguém sabe algo. Se elas estão às vezes certas ou sempre erradas ao fazerem essas afirmações é uma questão independente. Mas a afirmação forte de que as razões de uma pessoa devem *estabelecer a verdade* da proposição que a pessoa afirma saber ao menos não mostra que a maioria de nossas afirmações de conhecimento

empírico é falsa? Ela mostraria isso somente se aceitássemos o chauvinismo dedutivista e eu não consigo pensar em boas razões para aceitá-lo.

De qualquer forma, Dretske não desenvolve sua crítica nessa direção. Sua preocupação central é sobre minha noção de níveis de escrutínio. Como eu descrevo as coisas, é possível que as razões pareçam adequadas em um nível de escrutínio, mas inadequadas em outro. As mulas de Dretske podem ser usadas para ilustrar isto. Para variar esse exemplo, vamos supor que todos os animais em um cercado são mulas pintadas salvo uma, que é de fato uma zebra. Quando a pessoa aponta para um animal e diz "isso é uma zebra", (e adivinha!) é a zebra real que ele está apontando. Ele crê que é uma zebra porque ela parece uma zebra, mas, como nós sabemos, nesse cenário parecer como uma zebra não é garantia de que algo seja uma zebra. Operando em um nível de escrutínio alto, nós vemos, embora a pessoa não possa ver isso, que ela não sabe que o animal que está apontando é uma zebra.

Antes de retornar ao desafio de Dretske, é importante perceber que o que eu chamo de um nível de escrutínio mais alto não é simplesmente outro tipo de escrutínio. Na situação que consideramos, aceitamos as razões que a pessoa usa para crer que o animal é uma zebra. Isto é, nós concordamos que o animal se parece com uma zebra — ao menos para essa pessoa. Mas somos cúmplices de fatos adicionais que minam isso como uma razão adequada para dizer que o animal é uma zebra. Nós não adotamos critérios altos; nós não estamos mais meticulosos do que de costume; estamos simplesmente cientes de coisas que essa pessoa não está ciente e, por isso, reconhecemos que aqui nem sempre as coisas são o que elas parecem ser. Portanto, não estamos lidando com pessoas fechadas em seus próprios mundos epistêmicos. Se informarmos a essa pessoa dos fatos que possuímos, esperamos que ela abandone sua afirmação de que sabia que era uma zebra, ainda que o animal *fosse* de fato uma zebra e ela possuísse razões *normalmente* adequadas para chamá-lo assim. Assim, não estamos dizendo que essa pessoa sabia que o animal era uma zebra da perspectiva epistêmica dela, mas não sabia da nossa. Na abordagem presente, afirmações de conhecimento não são sobre contextos epistêmicos. A expressão "sabia da perspectiva dele" é um solecismo.

A meu ver, posso agora responder a uma das questões centrais de Dretske:

> Quando você diz (bastante razoavelmente, dada sua suspeita) que eu não sei que os animais são zebras, você fala a *verdade*? Se assim for, minha afirmação de que eu sei é falsa? ⌜Até aqui, sim.⌝ Meu conhecimento é refém dos seus padrões de modo que não posso saber alguma coisa que você (com seu padrão possivelmente diferente) razoavelmente diria que eu não sei? ⌜Não⌝.

Como as observações dentro dos colchetes indicam, eu respondo as duas primeiras questões na afirmativa e a última na negativa. Como eu posso fazer isso? A resposta gira em torno do fato de que minha noção de níveis de escrutínio não envolve ter *diferentes* critérios epistêmicos. Em nosso exemplo, eu suponho que a pessoa que pensa que sabe que o animal é uma zebra tem os mesmos padrões epistêmicos que nós. Nós possuímos um fato que ele não possui e, portanto, um nível de escrutínio mais alto é disparado para nós, mas não é disparado para ele. Claro, alguém poderia manter uma versão de contextualismo ou de perspectivismo epistêmico, na qual diferentes critérios se enfrentam contra todos os outros em um conflito irreconciliável. No entanto, isso não é parte da minha posição e eu não consigo ver uma boa razão pela qual deveria ser.

Contudo, suspeito que eu não tenha alcançado o núcleo da objeção de Dretske, porque continuo a empregar o que ele chama de "abracadabra wittgensteiniano", por falar sobre o que dizemos e quando dizemos. Continuarei com o abracadabra, portanto seria melhor explicar o porquê. Dretske parece pensar que se alguém abandona o contextualismo — o qual, em um sentido importante, abandonei —, então, em suas palavras:

> O único nível de escrutínio relevante, o único nível que afeta a *verdade* do que dizemos que sabemos (embora, é claro, não o que razoavelmente dizemos saber) é o nível mais alto. E, nesse nível, não se sabe nada.

Por que, exatamente, a busca da verdade combinada com um anti-contextualismo deveria conduzir o nível de escrutínio para o nível mais alto? Penso que conseguimos ver, pelo menos de uma forma impressionista, como o contextualismo poderia nos proteger de uma ascensão epistêmica descontrolada. Se cada contexto é epistemicamente autolimitado, então suas afirmações de conhecimento não serão reféns de meus padrões, nem minhas afirmações de conhecimento serão reféns inteiramente de, talvez, um critério imposto por outros de maneira imprevista. Além do mais, sem proteção contextual, parece tornar-se irrelevante que um anulador possível possa estar remoto para minhas preocupações, pois alguém poderia (talvez por boas razões) tomar seriamente um anulador remoto de minhas preocupações e, assim, levantar o nível de escrutínio com o resultado de que eu fiquei sem o meu direito de dizer que eu sei o que eu afirmo saber. Então, parece que a *única* maneira de assegurar afirmações de conhecimento contra essa ameaça permanente de aumento do nível de escrutínio é fazer do nível mais alto de escrutínio o único nível relevante para avaliar a verdade de uma afirmação de conhecimento. Como Dretske o vê, "nesse nível, não se sabe nada."

Deixe-me começar com uma pequena correção. Não sustentei a afirmação de que no nível mais alto de escrutínio não se sabe nada. Talvez até mesmo no nível mais alto de escrutínio certas coisas possam ser sabidas, como, por exemplo, a verdade de nossa própria existência ou a verdade de enunciados dos dados dos sentidos muito finos. De maneira mais importante, as análises de afirmações de conhecimento que eu apresentei — incluindo a discussão de níveis de escrutínio — não determinam *antecipadamente* que um programa justificacionista operando no nível mais alto de escrutínio está fadado a fracassar. Eu não acredito que algum argumento pode ser produzido para mostrar isso — ao menos, não conheço nenhum. O que podemos fazer é examinar várias tentativas de exercer um programa justificatório sob essas fortes restrições e, então, notar que, pelos seus próprios padrões, eles não fazem progressos sérios em alcançar o que eles se propõem a cumprir. Este é o ponto da segunda parte das *RP*. Se ela é persuasiva ou não, o assunto não está estabelecido pelo que é dito na parte I.

Com isso fora do caminho, o que pode ser dito sobre a preocupação que as afirmações de conhecimento permanecem sob a ameaça constante de serem corrompidas por considerações que refletem um nível mais alto de escrutínio? No primeiro exemplo, meramente notamos que, na maior parte das vezes, simplesmente *não* deixamos isso nos preocupar. Quando nada no contexto dispara níveis de escrutínio mais altos, esses níveis de escrutínio mais altos não nos preocupam. Isso poderia parecer irresponsável do ponto de vista da elite epistêmica (os cliffordianos, como eu os chamo nas *RP*), mas essa prática é realmente essencial para as afirmações de conhecimento servirem a sua finalidade muito útil nos negócios da vida diária.

Eu não acho que essas observações satisfarão totalmente Dretske. Farei agora algo que pode não satisfazê-lo também: tentarei explicar a origem da sua insatisfação — e mais, tentarei explicar por que é difícil para qualquer filósofo (eu mesmo incluído) não compartilha-la. Para fazer isso, eu considerarei os comentários de Barry Stroud, pois, em essência, ele diz que, como um neopirrônico, devo estar completamente livre de certas preocupações que aparentemente ainda me preocupam.

As páginas iniciais dos comentários de Barry Stroud contêm um resumo de minhas posições, que é correto, elegante e conciso. Ele não deixa de fora nada que seja essencial e não há passagem que represente mal minhas ideias. Em lugar algum ele discorda de qualquer uma das doutrinas centrais; de fato, ele parece aceitá-las. A preocupação dele é se *eu* as aceito, ou se em algumas ocasiões, pelo menos, incido no dogmatismo epistemológico que o livro pretende rejeitar. Ele coloca da seguinte forma:

> Em vez de dar mais razões para minha admiração, tratarei de uma questão [que] me deixou desconcertado. Dito de maneira simples, parece que, ao fim e ao cabo, ele [Fogelin] não se afasta tanto do dilema filosófico que seu livro repudia quanto a sua própria explicação do que está fazendo parece implicar que ele deveria fazer.

A afirmação que dispara as preocupações de Stroud é a minha aparente asserção que eu não sei meu próprio nome. (Aqui Stroud — e Dretske também — provavelmente recusariam meu uso da palavra "aparente", dizendo que a afirmação aparece em preto e branco no texto. Mas espere um pouco). Mirando essa afirmação específica, Stroud pergunta:

> Por que ele [Fogelin] sustenta que a maioria das pessoas não sabe seus próprios nomes (e, assim, presumivelmente não muito mais)? E por que ele pensa que sustentar essa concepção é uma expressão do "pirronismo atualizado" que professa em seu livro?

A questão é duplamente incisiva. Como notei em minha resposta a Moser, com Frede, rejeito a visão comum de que os pirrônicos negariam que sabemos coisas como nossos próprios nomes. Agora, parece que estou adotando essa visão e, não somente isto, atribuindo-a também aos pirrônicos. O que está acontecendo?

Vamos olhar mais de perto a passagem ofensiva:

> Em determinadas circunstâncias nas quais podemos duvidar, simplesmente não duvidamos e nossos jogos de linguagem repousam nisso. Em *Da certeza*, Wittgenstein expõe esse argumento desta maneira:
>
> > DC, 509. Realmente quero dizer que um jogo de linguagem só é possível se se confia em alguma coisa (eu não disse "se se puder confiar em alguma coisa").
>
> Essa observação entre parêntesis é crucial, pois indica que é o fato de eu confiar em alguma coisa, e não a confiabilidade inerente daquilo em que acredito, que está na base dos meus jogos de linguagem.
>
> Podemos ver a força dessas últimas observações ao refletir sobre o que ocorre se formos incansáveis na tentativa de eliminar possibilidades revogadoras remotas. Normalmente, ignoramos essas possibilidades, mas *se nos demorarmos nelas*, nosso nível

> de escrutínio subirá e *não estaremos dispostos a afirmar que sabemos* muitas coisas que geralmente aceitamos como itens de conhecimento. [Agora, a passagem ofensiva.] Por exemplo, eu sei meu próprio nome? Esse me parece um conhecimento seguro que tenho. Mas talvez, devido a uma confusão, fui trocado no hospital. Na verdade, sou Herbert Ortcutt, e a pessoa chamada de "Ortcutt" é, na verdade, RJF. Essas coisas, afinal, realmente acontecem. Dada essa possibilidade, eu sei o meu nome? Estou *inclinado a dizer* que não. (93/133-134, todas as ênfases são minhas).

É importante ver que, nessa passagem, não estou recomendando ou privilegiando níveis de escrutínio ultra-altos. Estou simplesmente relatando como as coisas me parecem e creio que muitas outras pessoas, quando adotam o que Hume chamou de uma intensa visão das coisas, pensariam a mesma coisa. Na página seguinte, continuo essa descrição nas seguintes palavras:

> Enquanto mantivermos essa "concepção intensa das coisas" não estaremos inclinados a pensar que sabemos as coisas que normalmente aceitamos sem hesitação nem que estamos justificados em crer nelas. Quando retornarmos às coisas práticas da vida, nossos padrões voltarão ao seu nível moderado normal e essa falta de inclinação esvaecerá. (94/134-135).

Reconhecendo que poderia ser fácil confundir minhas afirmações descritivas com afirmações avaliativas, depois eu explicitamente observo que

> Finalmente, vale notar que é difícil expressar a concepção que estou apresentando de uma maneira que não seja enganadora. Afirmo não estar fazendo nada exceto descrever o que queremos dizer quando afirmamos saber alguma coisa e (seguindo Wittgenstein) também descrever os critérios que usamos ao empregar essas afirmações. Ainda assim, é difícil formular essas questões de maneiras que não sugiram forte compromisso avaliativo. (98/140)

Em seguida, apresento exemplos dessas dificuldades.

Resumindo, eu rejeito a sugestão de Stroud, por incontáveis razões, de que eu abandonei meu ponto de vista neopirrônico, embora agora eu perceba que é mais difícil evitar dar essa impressão de que eu pensava. Na parte II das *RP*, examino um número de importantes teorias justificacionistas empíricas a fim de ilustrar a tese pirrônica de que essas teorias, consideradas de seu próprio ponto de vista, falham. Uma crítica desse tipo não envolve nenhum compromisso de minha parte com padrões epistêmicos estritos, pois esse é um compromisso

do epistemólogo que está sob ataque. Mas eu também estava interessado em outra questão: o que é que leva os filósofos a pensar que uma teoria da justificação epistêmica é necessária — na verdade, urgentemente necessária — enquanto que na labuta diária não se sente nenhuma necessidade? Minha resposta é esta: nossos procedimentos justificatórios habituais têm embutidos neles mecanismos que disparam níveis de escrutínio mais altos em contextos nos quais nossos procedimentos rotineiros provavelmente se tornarão pouco confiáveis. Além disso — e esse era o ponto de discussão a respeito do conhecimento do meu próprio nome —, aqueles níveis de escrutínio mais altos também podem ser disparados pela intensa autorreflexão. Temos a capacidade — e os filósofos notabilizam-se nisso — de disparar altos níveis de escrutínio simplesmente por meio da reflexão. Como resultado, por meio da insistência em anuladores remotos ou em cenários céticos, podemos ser levados a um nível de escrutínio irrestritamente alto. Isto é uma importante afirmação para meus propósitos, pois ela conecta as duas partes das *RP*.

> Sustento que a teoria do conhecimento, em sua forma tradicional, tem sido uma tentativa de encontrar maneiras de estabelecer afirmações de conhecimento de uma perspectiva em que o nível de escrutínio foi aumentado [Eu deveria ter dito *irrestritamente* aumentado] somente pela reflexão. (99/141)

A parte II das *RP*, intitulada "Agripa e o problema da justificação", pergunta se alguma teoria da justificação empírica foi capaz de justificar uma gama suficientemente ampla ou suficientemente interessante de julgamentos empíricos amplos, enquanto operando sob esses padrões. Depois de examinar o que considero os melhores esforços nessa direção, cheguei à conclusão pirrônica de que nenhuma dessas teorias, consideradas de seu próprio ponto de vista, sequer chegou perto de justificá-los.